

ARTIVISMO INDIGENISTA NO BRASIL

INDIGENOUS ARTIVISM IN BRAZIL

Luis Roberto Andrade Quesada / UNESP

RESUMO

Este artigo apresenta dados sobre a situação atual dos povos indígenas que habitam o território brasileiro, com ênfase nas leis vigentes e nos conflitos político-culturais atuais. Oferece uma visão sobre a imersão na cibercultura por parte de populações indígenas no Brasil, algo que melhorou a visibilidade dos povos indígenas, das suas demandas e alteridade. Tradicionalmente os grupos indígenas foram considerados sujeitos invisíveis no mapa, assim como à sociedade hegemônica, porém as ferramentas tecnológicas atuais permitiram a existência de projetos ativistas. Finalmente, para ilustrar a ideia de Artivismo Indigenista analisamos duas obras expostas na 32ª Bienal de São Paulo "Incerteza Viva": "O Brasil dos índios: um arquivo aberto" do projeto Vídeo na Aldeias e "Ágora: OcaTaperaterreiro" de Bené Fonteles

PALAVRAS-CHAVE: Artivismo; Cibercultura; Identidade cultural; Povos indígenas

ABSTRACT

This article presents data on the current situation of indigenous peoples living in Brazilian territory, with emphasis on current laws and current political-cultural conflicts. It offers an insight into the immersion in cyberculture by indigenous populations in Brazil, something that has improved the visibility of indigenous peoples, their demands and otherness. Traditionally indigenous groups were considered invisible subjects on the map, as well as hegemonic society, but the current technological tools allowed the existence of activist projects. Finally, to illustrate the idea of Indigenous A (r) tivism we analyzed two works exhibited at the 32ª Bienal de São Paulo "Incertezas Vivas": "Brazil of the Indians: an open archive" of the Video project in Aldeias and "Ágora: OcaTaperaterreiro" by Bené Fonteles.

KEYWORDS: *Artivism; Cyberculture; Cultural Identity; Indigenous people*

Preâmbulo sobre a situação dos povos indígenas no Brasil

No Brasil de hoje persiste um enorme desconhecimento no que diz respeito à diversidade cultural existente em território nacional. Segundo o censo demográfico do IBGE de 2010 (Último censo publicado), *“existem 274 línguas indígenas faladas por indivíduos pertencentes a 305 etnias diferentes em território brasileiro”*¹. Inclusive estima-se que existem muitos mais povos do que se reconhece oficialmente. Porém, até muito recentemente, os índios no Brasil viveram em uma condição de invisibilidade quase total². Relegados à condição de vítimas passivas e condenados, tanto no espaço (marginalidade, invisibilidade, isolamento) como no tempo (coisa do passado e empecilho para o futuro e a noção de progresso).

Existem diversas manifestações legais, internacionais e nacionais vigentes que se preocupam por defender aos povos originários. Dentre eles o Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) do qual o Brasil se tornou consignatário em 2002³. Esta convenção assegura aos povos indígenas o direito ao trabalho com relação ao exercício da agricultura e a pecuária tradicionais, o direito fundamental ao território e a terra, o direito à saúde, o direito à educação que deve ser intercultural, o direito a manter e preservar seus idiomas e valores tradicionais se desejarem, tanto como identificar-se com a cultura própria do país ou região em que habitam sem deixar, por este motivo, de ser indígenas. Além desta convenção, os povos indígenas foram recordados também na Constituição de 1988 (Fig.1) no “Título VIII – Da Ordem Social – Capítulo VIII – Dos Índios – Artigos 231/232”⁴, onde

“São reconhecidos aos Índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Por outra parte dentro do sistema brasileiro de educação a lei nº11.645/2008 estabelece a obrigatoriedade da temática da história e da cultura indígena dentro da rede de ensino fundamental e médio público e privado brasileiro⁵. Mas, se tivermos em conta que se trata de uma lei recente, vemos uma preocupação que chegou muito tarde, além de ter uma importante falha: não existe a obrigatoriedade da temática dentro do ensino universitário brasileiro público ou privado, de tal maneira que podemos questionar de que forma são capazes os professores do ensino fundamental e médio, em abordar tais questões sendo que carecem da formação

prévia para o ensino da temática indígena? Como abordar a temática indígena deslocando a visão hegemônica da cultura dominante instituída ao longo dos anos?



Figura 1 - Líder indígena Ailton Krenak.

Assembleia Nacional Constituinte de 1987 que elaborou a Constituição Brasileira de 1988. Pintou seu rosto com jenipapo, de acordo com o costume tradicional indígena de diversos povos, enquanto discursava em protesto pela agressão do poder econômico e o que considerava um retrocesso na luta dos direitos indígenas no Brasil.

Apesar de alguns sinceros esforços, o Brasil mantém uma dívida social com relação aos povos indígenas, tais leis não são respeitadas e nossa história se encontra impregnada de opressão e marginalização que segue nos dias de hoje, principalmente na expropriação territorial por parte das sucessivas oligarquias brasileiras, dominante desde a escravidão dos “negros da terra” (escravos nativos) nos tempos da colonização. As elites do poder que governaram e governam o nosso país são os responsáveis por toda essa violência estrutural. Cegos pela cobiça e atendendo aos processos desenvolvimentistas de expansão capitalista e especulação econômica, se camuflam na velha noção de “progresso”, atendendo maioritariamente, às necessidades e interesses econômicos das empresas transnacionais que expropriam as riquezas naturais da terra (por vezes territórios indígenas), mediante o extrativismo, a agropecuária extensiva e intensiva de hoje, o agronegócio baseado na monocultura (por exemplo da soja), a construção de hidroelétricas (por exemplo, Belo Monte) a especulação imobiliária e os projetos políticos de grandes interesses econômicos que surgem das mãos de uma

verdadeira minoria, como os parlamentares da bancada ruralista, grandes proprietários de terra e defensores das empresas multinacionais do agronegócio que legislam em favor de seus interesses próprios e cobiçam terras indígenas demarcadas ou em processos demarcatórios por todo o Brasil.

Cibercultura indígena no Brasil

Mediante os avanços do que alguns autores chamam *Cibercultura* (LEVY, 2007) ou *sociedade da informação* (CASTELLS, 1999), criam-se processos de *hibridismo cultural* (CANCLINI, 1990) nos quais encontramos envolvidas comunidades indígenas que habitam o território brasileiro. O Ciberespaço qualifica-se como um território transfronteiriço onde sujeitos tradicionalmente invisíveis no mapa do Brasil assim como à sociedade hegemônica, encontram um meio de autorrepresentação e identificação cultural, expondo um tipo de conhecimento antropológico virtual. A crescente presença indígena na internet (sites, redes sociais, blogs) permite repensar identidades culturais e questionar a imagem genérica e estereotipada do “Índio” no imaginário popular brasileiro (sujeito nu, morador da mata que vive somente da caça e da pesca).

É certo que a mestiçagem, não somente biológica, mas também cultural foi muito profunda ao longo dos séculos em grande parte dos povos que habitam o Brasil, mas este fenômeno deve ser estudado e compreendido mediante a *interculturalidade*⁶. Toda cultura é dinâmica, se transforma com o tempo e se contagiam das ideias, modos de vida e costumes mediante os “contatos” (no melhor dos casos) que se produzem entre elas, isso não têm porque significar uma aculturação completa, pois reestruturam-se, recriam-se e reinterpretem-se tanto cultura subordinada como cultura dominante dentro das histórias dos “contatos”, surgindo assim novas realidades, por meio das manifestações culturais híbridas.

Observamos que a visibilidade indígena melhorou nos últimos anos, foram demarcados territórios com base legal na constituição, de tal forma que 13 por cento do território do país são terras indígenas, e 25 por cento da Amazônia brasileira⁷. Isto é algo valioso, pois onde habitam povos indígenas a natureza está melhor preservada, não há grandes níveis de contaminação ao meio ambiente e existe um profundo respeito ao equilíbrio do ecossistema do planeta. Entretanto, as invasões

às suas terras não cessam, neste atual (des)governo de Michel Temer vemos um claro exemplo dessa opressão e extorsão territorial, que perpassa não somente os direitos indígenas mas afeta de maneira cruel e desenfreada à natureza e o meio ambiente por vias da exploração direta das riquezas do solo. O governo Temer pretende abrir uma nova era de caça ao ouro entre outras atividades delitivas para com o ecossistema, mediante parcerias do Estado brasileiro com grandes corporações mineradoras de capital transnacional que já operam e pretendem agora expandir suas atividades “delitivas” na Amazônia brasileira. Em sua última “pedalada” contra a Amazônia o atual presidente pretende dar legitimidade a um Decreto lei que permita a exploração mineral de uma região do tamanho do Estado do Espírito Santo que abriga diversas comunidades indígenas e que até então estava restrita às pesquisas ambientalistas e à paz dos povos originários que lá habitam.⁸

Por outro lado, hoje podemos afirmar que alguns desafios relacionados, por exemplo, com a visibilidade das demandas dos povos indígenas começam a ser superados com a imersão dos índios na *Cibercultura*, pois o uso da tecnologia e do ciberespaço por parte da população indígena tanto como de seus aliados não indígenas, estão abrindo grandes vias para um conhecimento mais amplo da alteridade indígena do país e cartografando assim novos mapas, tanto culturais como territoriais.

Dentro destes processos vemos como a “*Era da conexão*” (LEMOS, 2005) é capaz de gerar novos questionamentos sobre as políticas de representação que predominam na educação e no imaginário coletivo da sociedade contemporânea brasileira ao redor da questão indígena. As conectividades atuais vêm contribuindo para o aumento do reconhecimento, a visibilidade e o estudo da *Alteridade* e a diversidade cultural indígena do país. Sem dúvida alguma isto é o reflexo do *hibridismo cultural* em grande parte tecnológico que provêm do que alguns autores chamam *Cibercultura* ou *sociedade da informação* (CASTELLS, 1999) pois se tivermos em conta que nas atuais condições da chamada globalização cultural (não nos referimos aqui à globalização econômica entendida como a exportação do modelo econômico neoliberal) existem vários movimentos indígenas que se afirmam politicamente contrários à devastação ambiental de seus territórios gerando discursos ecológicos utilizando meios de comunicação como o rádio, a televisão e

principalmente a internet, que é utilizada como uma ferramenta importante para a visibilidade do pensamento ameríndio na atualidade e diversos movimentos e lideranças indígenas estão procurando reverter a situação em que vivem: Condições de pobreza, analfabetismo, marginalização, isolamento etc.

Podemos apreciar que estão reivindicando seus valores, saberes e modos de vida, apostando pelo uso das tecnologias emergentes de informação e comunicação, de tal forma que podemos encontrar uma enorme quantidade de sites criados para exigir melhorias, respeito e reconhecimento aos seus direitos, assim como para aprender seus valores culturais e formas simbólicas de compreender o mundo, além de entender a internet também como uma ferramenta de defesa e de denúncia social ao redor dos conflitos demarcatórios e aos abusos do poder governamental para com os povos indígenas. Neste sentido a publicação do relevante estudo sobre a temática da comunicação indígena brasileira na internet realizado por Eliete Pereira da Silva, *Ciborgues indigen@s.br: A presença nativa no ciberespaço* (PEREIRA DA SILVA, 2012) a autora nos apresenta “o mapeamento de 50 sites de organizações e de sujeitos auto identificados “indígenas” e as interpretações nativas sobre esse ambiente informacional.”⁹. O estudo conta com o mapeamento de sites de organizações nacionais, regionais, locais, de etnias, pessoais (de importantes lideranças indígenas do país) e nos revela as interpretações indígenas sobre os canais info-comunicacionais midiáticos e a internet. Na maioria dos casos vemos que a internet não implica uma perda de identidade, muito pelo contrário, se mostra como uma forte aliada na defesa de seus propósitos.

Outro grande exemplo que comprova a efetividade desta Cibercultura indígena no Brasil é o caso do líder Almir Narayamoga Suruí (Fig.2), pertencente à tribo amazônica Paiter-Suruí. O cacique Almir, descobriu Google Earth em 2007 durante uma visita a um cybercafé e posteriormente desenvolveu um projeto ativista com Google para realizar a delimitação do seu território no mapa atual do Brasil. Desde então, acolheu a tecnologia de criação de mapas como uma forma de proteger a floresta tropical e preservar a forma de vida de seu povo em harmonia com a natureza, além de usar a tecnologia de vídeo gravação dos telefones celulares para denunciar invasões em suas terras por parte dos que se dedicam à tala ilegal¹⁰. Internacionalmente reconhecido por sua criatividade no uso da tecnologia em benefício de seu povo, o cacique Suruí atualmente se dedica à gestão de projetos

QUESADA, Luis Roberto Andrade. Artivismo indigenista no Brasil, In Anais do 27o Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 27o, 2018, São Paulo. Anais do 27o Encontro da Anpap. São Paulo: Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Artes, 2018. p.242-2435.

com foco no desenvolvimento sustentável da aldeia, a área demarcada dos Paiter Suruí se encontra no Estado de Rondônia e outras informações sobre projetos tecnológicos atuais podem ser consultadas no site dos Paiter-Surui¹¹.



Figura 2 – Cacique Almir Narayamoga Suruí

ARTIVISMO INDIGENISTA

O uso de câmeras de vídeo, telefone celular, internet e outros meios são utilizados pelos povos indígenas para denunciar as desigualdades e prejuízos às autoridades nacionais e internacionais, assim como para criar material audiovisual onde expliquem suas distintas culturas e conhecimento. Apesar das dificuldades de conexão, enfrentam essas barreiras e utilizam esses meios para ser vistos e escutados pela sociedade hegemônica e suas instituições, muitas vezes em parceria com aqueles que compartilham preocupações socioambientais similares.

Um projeto, que considero pioneiro nesta imersão tecnológica dos povos indígenas é o *Vídeo nas Aldeias*¹², criado em 1986 por Vincent Carelli, este trabalho é um exemplo que corresponde com o ideal de “*apoiar as lutas dos povos indígenas para fortalecer suas identidades e seus patrimônios territoriais e culturais*”¹³ através de oficinas de produção cinematográfica para os povos indígenas e contando ativamente com indivíduos indígenas. Atualmente o projeto conta com uma vasta produção de vídeos e documentários feitos por realizadores cineastas indígenas de todo o Brasil. Uma parte importante desse material foi exposto na *32ª Bienal de Arte de SP Incerteza Viva* (07 de setembro à 11 de dezembro de 2016) na obra intitulada “O Brasil dos índios: Um arquivo aberto” onde assistimos um recorte de 85 fragmentos de 27 povos indígenas diferentes, com imagens filmadas entre os anos

QUESADA, Luis Roberto Andrade. Artivismo indigenista no Brasil, In Anais do 27º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 27º, 2018, São Paulo. Anais do 27º Encontro da Anpap. São Paulo: Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Artes, 2018. p.242-2435.

1911 e 2016¹⁴. Grande parte dos vídeos foram gravados por sujeitos indígenas, que após receberem instrução em oficinas de vídeo por parte do projeto, encontraram no audiovisual uma ferramenta de denúncia social e um aliado para a conservação e preservação de seus saberes (Fig. 3). É neste sentido que podemos afirmar que a existência do ativismo indígena em redes, deu passo ao que quero chamar aqui de *Artivismo* (junção de Arte + Ativismo) *indigenista brasileiro*. Podemos afirmar que hoje em dia a arte contemporânea está sendo utilizada como uma valiosa ferramenta educacional, em função do aumento da visibilidade indígena e seu (re)conhecimento político no Brasil do século XXI.



Figura 3 – Oficina de formação para indígenas cineastas.
 Projeto Vídeo nas Aldeias, 1997.

A tradição de uso de estéticas estrangeiras e a exibição de culturas *Outras* (muitas vezes culturas indígenas), assim como sua “arte” em grandes exposições de matizes ocidentais e hegemônicas, não é algo novo. A novidade está, de fato, na intencionalidade com que tratam essa questão os artistas contemporâneos. Hoje devemos analisar o compromisso ético que acompanha um trabalho de criação artística que se envolve politicamente com minorias étnicas desfavorecidas diante dos grandes interesses dos Estados ou nações em que se encontram. Muitos artistas estão trabalhando de forma colaborativa com comunidades e grupos étnicos minoritários a fim de pesquisar e compreender suas demandas e levá-las ao público na forma de material artístico.

Apesar da contradição ao deparar-se com os inúmeros agentes capitalistas “patrocinadores da cultura” ao adentrar o Pavilhão, não podemos dizer que a Bienal das Incertezas e uma importante quantidade de obras expostas nela, foram criadas com as mesmas intenções daquela época em que o “primitivo” era a grande novidade dentro dos movimentos artísticos que qualificaram as vanguardas heroicas de raiz europeia. Muito pelo contrário, reconheço sinceros desejos de manifestar a importância das mensagens atuais dos povos originários que habitam o Brasil e outros países Latino-americanos. Tampouco se trata aqui, daquela velha insistência de “dar voz” aos índios, mas sim, de finalmente, dar “ouvidos” e enxergarmos, de fato, às mensagens dos povos nativos que preservam saberes tradicionais e formas de viver, que do mesmo modo que as nossas vidas urbanas exigem o diálogo, a comunhão, o respeito e algum tipo de relação harmônica direta ou indireta com a nossa mãe natureza.

Neste sentido, destaco duas obras que geraram importantes debates e ricas polêmicas nesta 32ª *Bienal de Arte de Sp Incerteza Viva*, que me permitiram chegar ao título que dá nome a este artigo e crer na existência de um tipo de arte ativista, socioambiental e indigenista no Brasil.

Em primeiro lugar a obra já descrita acima “*O Brasil dos índios: um arquivo aberto*”, nela vemos a ferida aberta que não deixará de sangrar tão cedo, bem como o próprio título indica *o arquivo está aberto* e sua ampliação audiovisual torna-se indiscutível nos tempos que correm, já que as discussões políticas e artísticas sobre o tema estão muito vivas, sem espaço para incertezas como reza o título da 32ª Bienal.

A segunda obra que, na minha visão como espectador que adentrou o acolhedor pavilhão mágico, capaz por si só de legitimar como Arte (com maiúscula) tudo que ali se encontra por encantamento espacial é a destacada, comentada e criticada obra do artista Bené Fonteles titulada “*Ágora: OcaTaperTerreiro*”. Como o seu próprio título induz, o autor realiza uma tentativa de fundir o espaço aberto de discussão e reunião que representava a ágora das polis gregas, levando o público a debate sobre questões políticas de ativismo ecológico, questões indigenistas e socioambientais que inundam de polêmica o Brasil pós-Mariana¹⁵. Para isso, Bené Fonteles criou uma programação contínua de ativação e extensão da obra onde

contou com diversas apresentações e encontros de seus convidados com o público. Alguns convidados e colaboradores foram o líder indígena Aílton Krenak, o xamã yanomami Davi Kopenawa, a fotógrafa Claudia Andújar, os artistas Lourival Cuquinha e Ernesto Neto, o músico Chico César e o compositor Carlos Rennó, entre outros.



Figura 4 – Bené Fonteles, *Ágora: Oca Tapera Terreiro*.
 “Conversas para adiar o fim do mundo”
 32ª Bienal de São Paulo, 2016

As propostas de reunião e debate, aconteceram durante todo o período de duração da Bienal nas chamadas ativações da obra, onde o autor introduziu o público nas chamadas *Conversas para adiar o fim do mundo* (Fig. 4). Se a obra não é oca porque não foi moradia de nenhum indivíduo indígena, não é terreiro porque ali não ocorreu nenhuma gira ou ritual do tipo mágico-religioso e não é tapera porque não se tratava de uma casa de pau a pique em ruínas, penso que a obra funcionou como *Ágora*, pois acredito que o autor realmente conseguiu ultrapassar a linha da representação artística e levar adiante grandes encontros e trocas de saberes nas reuniões e nos debates posteriores. Os encontros propostos funcionaram como espaço de discussão sobre as políticas opressoras do Estado brasileiro e as grandes corporações extrativistas com relação aos povos indígenas, que hoje em dia atuam muitas vezes como guardiões das florestas e do equilíbrio ecológico e termodinâmico do planeta Terra. Uma grande advertência se encontra na visão do xamã Yanomami Davi Kopenawa, quem nos recorda que a “Queda do Céu” está por

vir, se aproxima tragicamente graças à noção de progresso e desenvolvimento econômico defendida pelos que ele define (“Nós”) como o “povo da mercadoria”.

Notas

- ¹ IBGE. Os indígenas no censo demográfico de 2010. In <http://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf>. Acessado em 18/03/2018
- ² DA CUNHA, Manuela Carneiro. *História dos Índios no Brasil*. (1992). São Paulo: Companhia das letras. Pp. 279-282
- ³ SCHKOLINK, Susana. et al POPOLO, Fabiana. (2005). *Los censos y los pueblos indígenas en América Latina: una metodología regional*. CEPAL. p. 4
- ⁴ BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. (1988). Constituição da República federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acessado em 14/03/2018
- ⁵ SILVA, Edson. (2012). Povos indígenas: História, culturas e o ensino a partir da lei 11.645. *Revista historien*. Vol. 7, pp. 39-49
- ⁶ Entendemos interculturalidade de acordo com a definição de Canclini (CANCLINI, 1990), ou seja, nos referimos a aqueles processos fecundos de hibridismo que originam novas realidades culturais, neste caso novos costumes apropriados pelos povos indígenas, e não uma perda de identidade ou “aculturação completa”.
- ⁷ FLIP 2014. “Tristes trópicos” com Beto Ricardo e Eduardo Viveiros de Castro. Conferência flip 2014:Paraty. In <<https://www.youtube.com/watch?v=ndtlzFzbSBw>>. Acessado em 21/05/2018
- ⁸ MENDONÇA, Heloísa (2017). Temer reage a críticas com novo decreto que mantém mineração em Zona da Amazônia EDICIONES EL PAÍS, S. L. In <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/29/politica/1503961054_236858.html>. Acessado em 19/03/2018.
- ⁹ PEREIRA DA SILVA, Eliete (2012). *Ciborgues indigen@s.br: A presença nativa no ciberespaço*. Ed. Ana Blume: São Paulo.
- ¹⁰ USTINOVA, Anastasia. Google breaks Amazon tribe`s isolation. San Francisco Chronicle. 2008 In <<http://www.sfgate.com/business/article/Google-breaks-Amazon-tribe-s-isolation-3278226.php#ixzz1qWmqWLRv>>. Acessado em 6/4/2018
- ¹¹ Paiter-Sururi (2016). Carta de princípios e aspirações do parlamento Paiter-surui. em <http://www.paiter.org/parlamento_surui/>. Acessado em 6/05/2018.
- ¹² VNA (2016). Projeto Vídeo nas Aldeias. Em <<http://www.videonasaldeias.org.br/2009/index.php>>. Acessado em 8/4/2018
- ¹³ Ibid.
- ¹⁴ Publicação comissionada pela Fundação Bienal de São Paulo em ocasião da 32ª Bienal de São Paulo – Incerteza Viva.
- ¹⁵ No dia 5 de novembro de 2015 ocorreu em Mariana (MG) uma das piores catástrofes ambientais da história do Brasil, após o rompimento de uma barragem da mineradora Samarco que é controlada pela Vale e pela BHP Billiton. O acidente arrastou aproximadamente 62 milhões de metros cúbico de rejeitos de mineração ao longo do Rio Doce. A tragédia causou várias mortes e deixou várias pessoas desabrigadas, além de impactos ambientais irreversíveis.

Referências

- CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*. Grijalbo: México, 2005.
- CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*, vol. 3, São Paulo: Paz e terra, 1999, p. 411-439
- DA CUNHA, Manuela Carneiro. *Historia dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1992. p. 279-282
- LEMOS, André. *Cibercultura e mobilidade: A era da conexão*. Intercom: Rio de Janeiro, 2005.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura: la cultura de la sociedad digital*. Barcelona: Antrophos, 2007. p.230.
- PEREIRA DA SILVA, Eliete. *Ciborgues indigen@s.br: A presença nativa no ciberespaço*. Ed. Ana Blume: São Paulo. 2012
- SCHKOLINK, Susana; POPOLO, Fabiana. *Los censos y los pueblos indígenas en América Latina: una metodología regional*. CEPAL, 2005 p. 4

- SILVA, Edson. (2012). *Povos indígenas: História, culturas e o ensino a partir da lei 11.645*. Revista historien. Vol. 7, 2012. p. 39-49
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. *Constituição da República federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 14 de mar 2018.
- USTINOVA, Anastasia. *Google breaks Amazon tribe`s isolation*. San Francisco Chronicle. 2008. Disponível em <<http://www.sfgate.com/business/article/Google-breaks-Amazon-tribe-s-isolation-3278226.php#ixzz1qWmqWLRV>>. Acesso em 6 abr 2018
- FLIP 2014. *“Tristes trópicos” com Beto Ricardo e Eduardo Viveiros de Castro*. Conferência flip 2014:Paraty. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ndtlzFzbSBw>>. Acesso em 21 de abr 2018.
- MENDONÇA, Heloísa (2017). *Temer reage a críticas com novo decreto que mantém mineração em Zona da Amazônia*. EDICIONES EL PAÍS, S. L. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/29/politica/1503961054_236858.html>. Acessado em 19 de mar de 2018
- PAITER-SURUI. *Carta de principios e aspirações do parlamento Paiter-surui*. Disponível em <http://www.paiter.org/parlamento_surui/> Acesso em 6 de mai 2018.
- VNA. *Projeto Vídeo nas Aldeias*. Disponível em <<http://www.videonasaldeias.org.br/2009/index.php>>. Acesso em 8 de abr 2018

Luis Roberto Andrade Quesada

Artista visual multimídia, docente e pesquisador em Artes. Doutorando em Artes pela UNESP, é licenciado em Belas Artes pela Universidade de Granada (Espanha) e Mestre em Produção e Investigação em Artes pela mesma universidade. Sua obra e pesquisa se desenvolvem sobre a perspectiva do hibridismo cultural e o estudo da Identidade/ Alteridade com foco nas demandas político-artísticas socioambientais de criações que se envolvem com comunidades indígenas.